

Os indígenas no Litoral de São Paulo: aspectos históricos das identidades étnicas e da luta pelo acesso a terra

VLADIMIR BERTAPELI¹

Introdução

No litoral paulista, assim como na extensa área que corresponde à bacia hidrográfica Tietê-Paraná, encontramos alguns dos povos de filiação linguística tupi-guarani que se identificam, e assim são também designados, pelos etnônimos Tupi Guarani. Estes ameríndios se reconhecem como descendentes dos grupos Tupi (Tupinambá, Tamoio, Tupiniquim e Temiminó), que viviam naquela faixa litorânea por séculos antes do estabelecimento dos primeiros povoados luso-brasileiros. Da mesma forma, remontam sua ascendência aos laços de afinidade, co-residência e inter-casamentos passados e atuais entre parentelas Tupi e Guarani. Logo, ao professarem sua identidade étnica com o etnônimo homônimo, ao mesmo tempo em que apontam para uma nítida continuidade com os habitantes desta mesma região, conforme encontraram os primeiros navegantes europeus que aportaram à costa atlântica no século XVI, deparam-se na contemporaneidade com os recorrentes atestados de sua extinção, proferidos ao longo do tempo pelos cronistas, pelas atas das câmaras municipais, historiadores como também por antropólogos culturalista, e que é ecoado pelo senso comum.

Assim, além de negar sua extinção, o reaparecimento dos referidos termos designativos, em especial do etnônimo Tupi, impõe a necessidade de uma ampla revisão nos estudos historiográficos e etnológicos, para não mencionar as políticas públicas disponíveis e/ou praticadas para esta região. Afinal, como veremos mais adiante, autores consagrados foram enfáticos em afirmar que os grupos Tupi² desapareceriam, seja por meio da miscigenação como também pelo extermínio.

O etnônimo em questão apresenta o desafio em apreender o processo secular de construção da identidade destes indígenas e sua disposição espacial na costa meridional atlântica do continente. Logo, procuro aqui lançar luz para um aspecto negligenciado tanto pelos historiadores quanto pelos antropólogos acerca das narrativas e os primeiros registros destes etnônimos nas fontes documentais disponíveis sobre a identidade Tupi e Tupi Guarani, bem como o processo de retomada territorial destes indígenas que culmina na primeira década

¹ UNESP, doutorando em Ciências Sociais, apoio CAPES.

² O uso de etnônimos no singular segue a uma resolução da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), firmada em 1953, que define a grafia dos nomes indígenas com letra maiúscula, apenas no substantivo, e sem a flexão de número e gênero.

do século XXI. Portanto, essa política promovida por tais indígenas insere-se num fenômeno social maior, onde a identidade étnica é evidenciada muitos grupos que ressurgem diante de nossos olhos.³ Como expressa Maria R. C. Almeida (2009: 208), esses grupos ameríndios “[...] reconstroem suas próprias histórias e identidades, ao mesmo tempo em que influenciam mudanças em nossa historiografia.”

Portanto, para se falar dos atuais Tupi e de suas relações históricas com os Guarani e Tupi Guarani, referenciados à constituição de suas identidades étnicas, bem como às dinâmicas de sua disposição espacial, faz-se necessária uma reconstituição etno-histórica, recorrendo-se à memória oral, como também às fontes documentais disponíveis, certamente fragmentárias, atinentes aos movimentos de dispersão e reaglutinação da população em suas próprias formas de organização e sociabilidade.

Neste caso, a etnografia histórica tem um importante papel para uma pesquisa desta natureza, que almeja compreender a história dos povos indígenas. Afinal, o gênero etnográfico permite a interação do antropólogo na vida diária dos seus interlocutores. Pois, segundo Rosaldo (1980), a importância que a perspectiva histórica tem para os estudos em antropologia está no fato de que os povos nativos podem ser melhor compreendidos em seu desenvolvimento através do tempo do que em um sistema de estruturas eternas.⁴

A etnografia histórica tem aqui grande valia para se buscar às narrativas dos *txeramôes* e *txedjrays*⁵ Tupi e Tupi Guarani, lembrando que tais narrativas estão ancoradas na memória oral que, por sua vez, é mantida e repassada de maneira fragmentada pelos seus detentores. Afinal, como indica Price (1983), o conhecimento do passado não deve ser transmitido para qualquer um, uma vez que pode ser usado contra eles.

E não se pode deixar de mencionar que a etnografia histórica também se vale de fontes documentais escritas. Segundo Comaroff & Comaroff (1992), os arquivos têm despertado hoje o interesse dos antropólogos pelo fato de abrigar marcas e inscrições a partir dos quais devem ser eles próprios interpretados. E Santilli (1994: 66) observa que “[...] a tarefa da história indígena é buscar decifrar nas entrelinhas, nos silêncios do documento, uma outra lógica cultural, que ali se esconde.” Price (1983) comenta que uma melhor compreensão da história desses povos nativos pode surgir quando se observa atentamente as interações entre

³ Na década de 1950, as estimativas sobre as populações ameríndias da região Nordeste estavam em dez etnias, mas, em 1994, esse número saltou para vinte e três. Mas, nas últimas décadas, vem se impondo um processo que abrange a emergência de novas identidades como a reinvenção de etnias já existentes (OLIVEIRA FILHO, 1998).

⁴ Sahlins (2007: 502) destaca que autores como Barney Cohn, Jean Comaroff e John Comaroff e Terry Turner argumentaram que uma etnografia “[...] que incorpora o tempo e a transformação constrói uma forma distinta de se conhecer o objeto antropológico, com a possibilidade de mudar o modo como é pensada a cultura.”

⁵ Os termos em questão podem ser, respectivamente, traduzidos para avô e avó.

as narrativas orais e os documentos escritos. Portanto, o acervo da SPI-FUNAI, hoje sob os cuidados do Museu do Índio, como também os demais arquivos públicos e particulares (municipais da região, o Arquivo Público de São Paulo e bibliotecas) não podem ser deixados de lado pelo pesquisador que almeja realizar tal empreitada.

Por fim, evidencio que não se pretende aqui submeter as fontes orais ao crivo dos registros escritos. Pois, como ensinam Jan Vansina (1973) e Jack Goody (2012), a palavra escrita não substitui a fala, assim como esta não substitui aquela, mas ambas podem complementar umas às outras. Deste modo, procuro neste estudo seguir o que Oliveira Filho (2012: 76) aponta: “[...] recuperar o processo histórico vivido por tal grupo, mostrar como ele refabricou sua unidade e diferença face a outros grupos com as quais esteve e está em interação.”

Portanto, as próximas páginas que seguem serão dedicadas há alguns elementos que considero como evidências que provavelmente levarão para os caminhos da reconstituição histórica Tupi e Tupi Guarani.

O discurso de extinção dos Tupi

No Brasil oitocentista, intelectuais alocados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)⁶, que tinha o propósito de construir uma história oficial brasileira, discutiam a possibilidade de tornar a figura do índio como símbolo nacional, viam o indígena como fadado ao desaparecimento. Destes intelectuais, por exemplo, Von Martius (1845: 70), os ameríndios “[...] traziam consigo o gérmen do desaparecimento rápido.” E Vanhargen ([1854] 1975: 215) afirmava que “[...] a grande quantidade de mestiços e mamelucos vivendo em São Paulo vem em auxílio dos que cremos que o tipo índio desapareceu, mais em virtude de cruzamentos sucessivos que de verdadeiro e cruel extermínio.” Cabe notar, como resultante do escravagismo e missionamento, o uso dos termos “mestiços” e “mamelucos” pelo eminente historiador denota sua firme convicção de que, naquele período, já em decorrência do alto grau de miscigenação que marcava os habitantes da província paulista, o tipo “índio puro” estaria fadado ao desaparecimento.

Estas breves remissões aos renomados autores do século XIX bastam para que se constate o que se afirmava, sendo de modo recorrente nos registros documentais disponíveis, acerca da iminente extinção dos Tupi. Naquele período, os principais cronistas e historiadores

⁶ Com este propósito, segundo Kaori Kodama (2009), o IHGB cria uma seção voltada aos estudos sobre os povos indígenas, ou seja, a Seção de Arqueologia e Etnografia.

afiançavam de modo categórico que restariam apenas pequenos grupos – originários da união entre índios, negros e brancos – dispersos pelas matas litorâneas, remanescentes dos antigos aldeamentos ou mesmo vivendo esparsamente em seus arredores, mas que já não eram mais considerados como índios. Significativamente, ao longo do referido século, em momentos sucessivos marcados pela relevância política na elaboração da identidade nacional brasileira, se erige e enaltece imagens esmorecidas e reificadas alusivas aos Tupi na literatura, na crônica política, nas artes plásticas, como também na historiografia.

Conforme Maria R. C. de Almeida (2009), o processo de construção dos Estados nacionais americanos no oitocentos tinha, dentre suas prerrogativas, o combate da diversidade étnica que caracterizavam suas populações. Assim, o paradigma seguido pelo Estado brasileiro, como também ocorreu em outros países latino-americanos, era homogeneizar a nação em torno de um povo com língua e cultura comum. Neste sentido, não causa surpresa em constatar que políticos e intelectuais, por meio de seus discursos, objetivavam apagar qualquer vestígio da existência de inúmeras identidades indígenas. Portanto, para alguns destes restava o passado, lembrados nos livros de história apenas como meros coadjuvantes do processo de formação do povo brasileiro.

Deste modo, denota-se que o discurso de extinção dos grupos Tupi bem se prestou para os propósitos de políticos, fazendeiros e colonos locais que visavam às terras onde foram implantados os aldeamentos paulistas. Afinal, as novas frentes de colonização – a cafeicultura, a implantação e ampliação da malha ferroviária e os núcleos coloniais que serviam como reservatório de mão de obra imigrante empregada nas fazendas –, para serem implantadas, precisavam de mais terras. Como aponta os estudos de Canabrava (1950) e Ferreira (1990), o governo de São Paulo, por meio do seu Serviço de Discriminação de Terras Públicas, e seguindo a Lei de Terras de 1850, inicia então o processo de identificação das terras devolutas nos aldeamentos onde habitavam os Tupi, vistos então como assimilados à população local.

Como veremos na próxima seção, tal concepção, com distintas conotações, também se fez presente ao longo do século XX, quando novos deslocamentos (*oguatá*)⁷ foram empreendidos pelos Guarani, concomitante a criação, em 1910, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), que passou a ser conhecido como Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

⁷ A literatura referente deslocamentos Guarani à costa litorânea é profícua, sendo os principais estudos realizados por: Curt Nimuendaju (1987), Alfred Métraux (1979), Pierre Clastres (1978) e Hélène Clastres (1978), Ivori Garlet (1997), Bartomeu Meilà (1989), Maria Inês Ladeira (2007, 2010), dentre outros.

O SPI no litoral paulista e a política de contenção dos indígenas

Com o estabelecimento do SPI, o Estado brasileiro declarava que a finalidade desta nova instituição seria proteger e integrar os índios à sociedade nacional por meio de métodos pacíficos. Para isso, seguia o modelo consagrado pelo General Cândido Mariano Rondon, seu primeiro presidente, quando esteve à frente da Comissão de Linhas Telegráficas. Com este órgão indigenista, o Estado deveria garantir terras, como também introduzir novas técnicas de produção e a prevenção de epidemias, uma vez que asseguraria condições básicas de vida à população ameríndia atendida. Prenunciava ainda que tal organização atuasse na pacificação de índios vistos como hostis, isto através dos núcleos de atração; na constituição de povoações aos nativos já em caminho de hábitos mais sedentários; e, por fim, à formação de centros agrícolas onde, já afeitos ao trabalho nos moldes rurais, receberiam terras para se instalarem juntamente com a população rural (GAGLIARDI, 1985; SOUSA LIMA, 1995; RIBEIRO, 1996).

O SPI procurava então disciplinar e controlar através da educação escolar, registros e cadastramentos a circulação de ameríndios e dos seus territórios tradicionais, bem como acabar com os conflitos que envolviam estes com os não-indígenas. Ademais, é importante termos em mente que a constituição de reservas foi uma forma de concentrar e estatizar riquezas (terras para a agricultura, pecuária, mineração, etc.) que a administração manteve para exploração direta ou indireta, sempre com o discurso de beneficiar os indígenas (GAGLIARDI, 1985; SOUZA LIMA, 1995).

Deste modo, em 1912, o SPI cria o Posto Indígena Araribá, em Avaí-SP, com o intuito de abrigar em um mesmo espaço os Guarani que viviam no Oeste Paulista, em Paranapanema, Itanhaém e Vale do Ribeira. Assim, acreditava-se que aqueles indígenas estariam protegidos da ação de milícias armadas, também chamados de bugreiros. Mas muitos deles foram vítimas da febre amarela. Consequentemente, os sobreviventes abandonaram aquele espaço e se dispersaram pela região ou retornaram ao litoral (TIDEI DE LIMA, 1978; NIMUENDAJU, 1987).

O SPI cogitava então instaurar um posto no Litoral Paulista. No ano de 1923, algumas expedições foram enviadas às proximidades dos rios Preto, Branco e Arararú, com o fim de encontrar e convencer os Tupi e Guarani que viviam nas diversas aldeias a segui-los ao Bananal, local escolhido pelo Serviço para estabelecer um “posto de atração” e reunir esses povos na costa paulista. Conforme as fontes documentais, inúmeras dificuldades impediam os funcionários de executar tal missão. Dentre estas se destaca o “[...] apêgo as antigas moradas

e circunstâncias especiais da política interna de cada grupo [...]”. Mas naquele ano, a despeito da diversidade linguística, social e cultural dos povos habitantes na região costeira e do planalto, os servidores do órgão indigenista, imbuídos de sua missão positivista humanitária, conseguiram instalar um “posto de atração” no Bananal (BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. RELATÓRIO ANUAL DO SPI, 1923: n. p.).

Em 1927, ao receber do governo paulista duzentos alqueires de terras nas proximidades do Bananal, o SPI implanta um Posto Indígena. Mas Horta Barbosa (1928), à frente da 5ª Inspeção Regional do SPI, afirmava que apenas algumas famílias ali permaneceram, enquanto outras optaram em rumar para distintas localidades no litoral. Em entrevista ao jornal *A Platéia* (26/11/1930 apud BRASIL. FUNAI, 2011: 147), Darcy Bandeira de Mello, funcionário do Serviço, afirmava que “[...] entre os retirantes não houve acordo sobre a instalação do novo acampamento, pelo qual dividiram-se em dois grupos, permanecendo uns nas proximidades de Peruíbe, enquanto o outro viajou pela Praia Grande”.

O P. I. Bananal permaneceu inativo até o ano de 1945. Mas as autoridades locais, interessadas em concentrar os indígenas dispersos na região em um único espaço, uma vez que procuravam desobstruir as terras litorâneas para seus projetos de expansão agrícola (a bananicultura e o chá) e imobiliárias, exigiram a instalação de um Posto Indígena do SPI no litoral. Assim, em 1945, o Posto foi então reaberto no Bananal (MUSEU DO ÍNDIO. RELATÓRIO DO VEREADOR DE ITARIRI MILTON FRAGA MOREIRA AO SPI, 1945).

Portanto, estas foram as condições pelas quais encontraram os grupos Guarani que seguiam a procura pela *Terra sem Mal* ou por qualquer outro motivo que explique os seus deslocamentos sobre seus territórios tradicionais. Aliás, tais povos também seriam novamente confinados em reduzidos espaços pelo poder público que, por sua vez, alegava que não seriam mais importunados por aqueles que desejavam suas terras e também explorá-los.

E, durante o período em que o SPI representava a política indigenista brasileira – que praticamente perdurou ao longo do séc. XX, só chegando ao fim em 1967, quando o Estado extingue tal instituição e cria em seu lugar a Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁸ –, políticos, militares e funcionários consideravam que os Guarani teriam um destino semelhante ao que se afirmava sobre os Tupi no séc. XIX. Desta vez, este discurso fatalista não mais teria uma conotação de cunho positivista, mas sim estaria calcado em aspectos oriundos da antropologia culturalista norte americana, sobretudo na sua vertente que ficou conhecida

⁸ O SPI extinguiu em 1967, após denúncias de corrupção e atentados contra os povos indígenas. Logo, em seu lugar foi instituído a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) (DAVIS, 1978).

como “estudos de aculturação”⁹ que, entre os anos de 1940 e 1960, fortemente influenciava a antropologia brasileira.

Logo, os estudos etnológicos predominantes deste período têm muitas semelhanças com o discurso oficial sobre o futuro destes e de outros povos indígenas. Pois, ambas as estâncias tinham como certo a desagregação e o desaparecimento dos ameríndios. E, conforme as palavras de Lima (2014), Darcy Ribeiro teve um papel proeminente em adaptar a antropologia culturalista em voga na época para servir como balizador da ação prática do SPI, em substituição das ideias positivistas de incorporação dos povos nativos à sociedade nacional.¹⁰

No caso dos Guarani, Egon Schaden (1969) – que, ao partir de diferenças culturais e dialetais que encontrou nos grupos por ele contatados, foi o responsável a denominá-los pelos etnônimos Mbyá, Kaiowá e Nhandeva –, afirmava que estes indígenas eram exemplos do processo de aculturação, uma vez que os considerava em franca decadência, seja no aspecto referentes à organização familiar, territorial, econômica e religiosa. Em meados do ano de 1946, Schaden (1962) encontrou na aldeia Bananal apenas sete famílias, com um total de 40 pessoas, sendo estas por ele identificadas como “Guarani Nhandeva” e “mestiços”. Segundo o autor, os Guarani Nhandeva são possíveis descendentes daqueles grupos Guarani descritos por Nimuendaju (1987). No entanto, o autor alude à inexistência dos remanescentes dos grupos Tupi vivendo na região.

Além do discurso oficial, as páginas dos jornais também alimentaram a imagem de que os indígenas do litoral paulista estariam em vias de extinção. *O Estado de São Paulo*, numa matéria publicada em 23 de janeiro de 1979, com o título *No Litoral Norte, índios perdem identidade cultural*, há um trecho em que se afirma que os indígenas do Litoral de São Paulo: “Não se identificam mais com seu deus Tupã nem como o cristianismo que lhes foi ensinado. Não são brancos, não são índios, são algumas pessoas tentando sobreviver com a venda de cestas, flechas e outros tipos de artesanatos índio.” (ARMAZÉM DA MEMÓRIA, O ESTADO DE SÃO PAULO, 1979: n. p.).

Em *A Crítica*, de 8 agosto de 1979, Álvaro Villas Boas, titular da 12ª Delegacia da

Como se pode notar, os exemplos supracitados indicam um pessimismo quanto ao destino destes povos ameríndios. Mas, ao falarmos em pessimismo, logo somos levados às

⁹ Segundo Cuche (1999, p.115), os antropólogos estadunidenses Herskovits, Linton e Redfield, ao lançarem, em 1936, o Memorando para os estudos de aculturação, definem a aculturação como um “[...] conjunto de fenômenos que resultam de um contato contínuo e direto entre grupos de indivíduos de culturas diferentes e que provocam mudanças nos modelos (*patterns*) iniciais de um ou dos dois grupos.”

¹⁰ Mais tarde, os estudos sobre o processo de aculturação passam a ser questionados por autores que até então recebiam a influência do culturalismo americano. Neste caso, refiro-me a Eduardo Galvão (1955), Darcy Ribeiro (1996) e Cardoso de Oliveira (1998).

palavras de Sahlins (1997, p.52) que, ao questionar a expressão “pessimismo sentimental” – termo este cunhado por Greenblatt para o que considerava como certo fim dos povos indígenas ante o avanço capitalista –, afirmava que estes povos “[...] vêm tentando incorporar o sistema mundial a uma ordem ainda mais abrangente: seu próprio sistema mundo.”

A afirmação identitária dos Tupi e Tupi Guarani

Diante do que exibi até o presente momento, cabe agora ressaltar alguns dos vetores constitutivos que levaram à formação da identidade dos Tupi e Tupi Guarani. Para isso, faço alusão aos relatos dos *txeramôes* Guaíra e Domingos Mirĩ e da *txedjray* Nambi. Iniciemos então com a afirmação de Guaíra, um dos principais líderes espirituais entre os Tupi e Tupi Guarani, nascido e criado na aldeia Bananal, onde passou a maior parte de sua vida, e atualmente reside na Aldeia Piaçaguera, que afirma que a origem do termo “Tupi Guarani” vem dos casamentos que ocorreram entre as parentelas Tupi e famílias Guarani de diversas procedências. Já Domingos Mirĩ, outro *txeramôe* que, com seus 87 anos de idade, nasceu e passou parte de sua vida na aldeia Bananal, e hoje reside na aldeia Piaçaguera, alega ser um Tupi Guarani. O seu pai era um Tupi nascido em tal aldeia, sua mãe era branca e natural de Itanhaém, enquanto seu avô era um Guarani que veio do Mato Grosso no início do século XX, e sua avó era uma Tupi, nascida e criada nos arredores da aldeia Bananal. Por outro lado, Nambi, *txedjray* que vive na Aldeia Djakoaty, próxima a cidade paulista de Miracatu, e uma das lideranças que outrora fundou a aldeia Itaoca, situada no município de Mongaguá, explica que seus ascendentes são Tupi. Diz ainda que o grupo que vivia na aldeia Bananal – aliás, ela nascera e passara parte de sua vida em tal aldeia – identificava-se como Tupi, sendo o termo “Tupi Guarani” adotado muito tempo depois a partir dos casamentos com os Guarani.

As palavras de Guaíra, Mirĩ e Nambi, cujos depoimentos obtive graças ao trabalho de campo que realizei na Terra Indígena Piaçaguera, Bananal e Djakoaty, respectivamente localizadas nas proximidades das cidades de Peruíbe e Miracatu, remetem a dois importantes pontos: a existência de remanescentes dos grupos Tupi e as uniões destes com os Guarani. Podemos fazer então um paralelo entre estas afirmações com os deslocamentos que anteriormente vimos que os Guarani empreenderam à região costeira e que foram registrados nas fontes etno-históricas.

Denota-se que os deslocamentos Guarani para o leste, registrados de modo recorrente nas fontes documentais na virada do século XIX para o XX, resultaram numa maior agregação aos remanescentes dos grupos Tupi que já habitavam esta faixa litorânea. Mas devo

relembrar que estas uniões entre grupos Tupi e Guarani são mais antigas, pois datam do século XVI. Conforme uma colocação anterior acerca dos escritos de Machado de Oliveira (1846), os grupos Tupi amalgamaram-se com os Guarani quando as expedições de apresamento, lideradas pelo Capitão-mor Francisco de Moraes, empurraram aqueles para os territórios mais ao sul do litoral, vindo a formar o aldeamento São João Batista de Peruíbe.

Em decorrência, multiplicaram-se desde então as relações e, em especial, alianças e afinidades entre indivíduos e grupos de proveniências diversas – que seus descendentes hoje designam como misturas –, na formação de uma identidade compósita que levou à constituição dos Tupi Guarani. Este termo surge como etnônimo quando algumas famílias Tupi e Guarani, sobretudo aquelas encontradas na aldeia Bananal e em outras, passaram a se identificar e a serem assim chamados por tal designação homônima (MAINARDI, 2015; BERTAPELI, 2015).

Outro elemento etnográfico que sobressai nestes depoimentos, dentre outros *txeramôes* e *txedjrays* com quem conversei, é a afirmação de que são descendentes dos grupos Tupi (Tupinambá e Tupiniquim) que viveram nos aldeamentos de São João Batista de Peruíbe e Itariri.¹¹ Portanto, fica claro que estas alegações desconstroem o discurso oficial e daqueles autores do século XIX que, como vimos, atestavam a extinção dos grupos Tupi no litoral, seja por genocídio, pela fuga, ou dispersão e miscigenação com a população luso-brasileira. E, como demonstrarei adiante, este discurso foi utilizado ao longo do século XIX para justificar o fim dos aldeamentos e a expropriação territorial destes povos.

Esta breve menção a filiação étnica feita por ascendência, a criação de etnônimos compósitos (Tupi Guarani), criada a partir da co-residência de indivíduos, parentelas e grupos com filiações distintas, a retomada dos etnônimos dados como extintos (Tupi), contextualizada mais amplamente à mobilização crescente dos povos indígenas pelo reconhecimento oficial de direitos territoriais, apresenta desafios à pesquisa antropológica e histórica quanto a apreensão e reconstituição da trajetória destes povos.

Mas muitas das pesquisas realizadas neste campo nas últimas décadas têm como base a definição de Barth (2000: 31-32) para grupos étnicos, que considera a etnia como fator constitutivo da “organização social”, onde a autoatribuição de uma categoria é “[...] étnica quando classifica uma pessoa em termos de sua identidade básica, ou seja, determinada possivelmente por sua origem e circunstâncias de conformação.”

¹¹ Segundo Calixto (1905) e Petrone (1995), os respectivos aldeamentos foram fundados no século XVI, originário de uma aldeia tupi pré-cabraliana; e o de Itariri foi criado no século XIX.

De modo mais evidente, os dados aqui relacionados estão referenciados a um processo de formulação de novas identidades (Tupi Guarani), e em particular, da reinvenção de um etnônimo emblemático da construção da própria nacionalidade brasileira (Tupi), que configura, tomado em maior profundidade temporal, no decorrer do século XX, um movimento de territorialização.

Mas, a partir do final do século XX, temos alguns estudos que revelam a presença dos Tupi e a constituição dos Tupi Guarani no litoral. Ladeira (2007, 2008), ao desenvolver sua pesquisa com os Guarani Mbyá, indica a existência de indígenas vivendo ao sul da costa litorânea que se identificam e são identificados como Tupi Guarani. Logo, isto indica a existência de descendentes dos Tupi. E Macedo (2009), já na primeira metade do século XXI, registra a presença destes ameríndios na T. I. Ribeirão Silveira.

Nos últimos anos, surgem pesquisas que tratam exclusivamente dos Tupi e Tupi Guarani. Este é o caso dos estudos desenvolvidos por Mainardi (2010, 2015), Rodrigues de Almeida (2011), Danaga (2012) e Bertapeli (2015). É de salientar que cada uma dessas contribuições analisa as distinções étnicas que os Tupi e Tupi Guarani fazem para se diferenciarem dos Guarani Mbyá e dos não indígenas; as reciprocidades e alianças com os Guarani; a constituição do etnônimo Tupi Guarani por um grupo étnico homônimo que forma a aldeia Tabaçu Rekó Ypy; e, por fim, a cosmologia e a concepção de território em contexto de demarcação.

E outra informação pertinente destas pesquisas é a importância que se atribui à aldeia Bananal na constituição de outras aldeias situadas na costa oceânica. Afinal, estes estudos indicam que uma significativa parte destas aldeias se originou quando algumas famílias indígenas que viviam na Bananal, sendo motivadas por divergências específicas, saíram e estabeleceram outras aldeias em territórios tradicionais em diferentes momentos. Aliás, estas aldeias estão ligadas pelas relações de parentescos, alianças políticas, etc. Conforme Ladeira (2007), o território para os grupos os Tupi e Guarani seria formado pelos inúmeros pontos de parada e pelas aldeias que interagem entre si através de relações sociais, políticas e de parentesco.

Considerações finais

No decorrer da história de contato entre indígenas e não-indígenas no litoral de São Paulo e em suas áreas adjacentes, como procurei demonstrar no presente texto, foram inúmeras as tentativas de políticos, fazendeiros e intelectuais e servidores públicos em apagar

ou mesmo negar a identidade daqueles povos que ali viviam, seja através da miscigenação, assimilação, extermínio, etc. Assim, negava-se a identidade ameríndia dos descendentes dos Tupi e Guarani através do uso de termos designativos como “mestiços”, “nem índios e nem brancos” e “aculturados”.

Mas muitos destes indígenas, que afirmam descenderem dos grupos Tupi e Guarani que habitavam estes espaços geográficos muito antes do estabelecimento dos primeiros povoados luso-brasileiros, se autodenominam, como também são assim referenciados pelos Guarani Mbyá e outros povos indígenas, como Tupi e Tupi Guarani. Conseqüentemente, isto incide sobre a luta pela retomada de suas terras.

Certamente, os trabalhos etnográficos contemporâneos que foram feitos na região em destaque são importantes por explicitar o movimento de retomada das identidades ameríndias. Mas existem lacunas nestes estudos acerca da presença dos Tupi e Tupi Guarani na costa litorânea. Certamente, a primeira delas é que estes estudos enfatizam mais os Tupi Guarani e pouco fazem referência aos Tupi. O segundo ponto é a carência de uma análise correspondente ao processo histórico que levou ao ressurgimento dos Tupi e à constituição dos Tupi Guarani. Sendo assim, considero que é importante atentarmos para estes pontos não explorados pelos estudos anteriores.

Percebe-se nas fontes documentais escritas e orais aqui trabalhadas que a identidade étnica sempre marcou as discussões referentes ao direito de acesso de grupos ameríndios à terra. E isto se verifica tanto no discurso de políticos, intelectuais, elites agrárias e agentes do Estado que procuravam negar e apagar a existência de muitos povos ameríndios, como, em contrapartida, também está presente no discurso destes grupos indígenas que procuram afirmar suas identidades com os supracitados propósitos.

Deste modo, a devida atenção a estes elementos podem consubstanciar estudos relativos à disposição espacial, como também a reconstituição genealógica das relações entre parentelas e grupos locais Tupi, Guarani e Tupi Guarani no decorrer do século XX. Como outrora coloquei, o reaparecimento dos referidos termos designativos no discurso destes indígenas, em especial do etnônimo Tupi, impõe ao antropólogo, historiador, assim como outros interessados, a necessidade de revisar os estudos historiográficos e etnológicos concernentes a estes povos de língua tupi-guarani.

Fontes Primárias

ARMAZÉM DA MEMÓRIA. Jornal o Estado de São Paulo. *No Litoral Norte, índios perdem identidade cultural*. 23 de janeiro de 1979.

_____. Jornal A Folha de Goiás. *Guarani: índios acusam FUNAI pelo extermínio da raça*. 31 de maio de 1981.

_____. A Crítica. *FUNAI reconhece problemas em Peruíbe*. 8 agostos de 1979.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. Relatório anual do SPI ao Ministério da Agricultura, 1923.

MUSEU DO ÍNDIO. Relatório de Luiz Horta Barbosa à 5º Regional do SPI, 1928. Microfilme 341.

_____. Relatório do vereador da Câmara Municipal de Itariri, Milton Fraga Moreira à 5º Regional do SPI, 1953, Microfilme 021.

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. Relatório etno-histórico referente à ocupação Guarani na região do Vale do Ribeira, elaborado por Pablo Antunha Barbosa (Portaria nº 586/PRES/FUNAI, de 19.04.2011). Brasília: FUNAI, 2011.

Referências

ALMEIDA, R. H. *O Diretório dos Índios: um projeto de civilização do século XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1997.

ALMEIDA, M. R. C. O lugar dos índios na história entre múltiplos usos do passado: reflexões sobre cultura histórica e cultura política. In: SOIHET, R. (et al.) *Mitos, projetos e práticas políticas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. In: _____. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000a.

BERTAPELI, V. As metamorfoses do nome: história, política e recombinações identitárias entre os Tupi Guarani. 222f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, FCLAr-UNESP, 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Paralelo Quinze/EDUNESP, 1998.

CALIXTO, B. Os primitivos aldeamentos indígenas e índios mansos de Itanhaém. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, v. 10, 1905.

_____. *Capitanias paulistas*. São Paulo: Casa Duprat/Casa Mayenca, 1924.

CARNEIRO DA CUNHA, M. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

CLASTRES, H. *Terra sem Mal: o profetismo Tupi-Guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CLASTRES, P. *A sociedade contra o Estado*. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CHEROBIN, M. *Os Guarani do litoral do Estado de São Paulo: estudo antropológico de uma situação de contato*. São Paulo: EDUSP, 1986.

COMAROFF, J.; COMAROFF, J. *Ethnograph and historical imagination*. Boulder: Westview Press, 1992.

- CUCHE, D. *A noção de cultura nas Ciências Sociais*. Bauru-SP: EDUSC, 1999.
- DANAGA, A. Os Tupi, os Mbyá e os Outros: um estudo etnográfico da aldeia Renascer – Ywyt Guaçu. 133f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSCar, 2012.
- DAVIS, S. H. *Vítimas do milagre: o desenvolvimento e os índios do Brasil*. Rio de Janeiro, 1978.
- FERREIRA, M. T. C. R. Os aldeamentos indígenas paulistas no fim do período colonial. 201f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, USP, 1990.
- FERRO, M. *A manipulação da História no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo: IBRASA, 1983.
- GAGLIARDI, J. M. O indígena e a República: estudo a respeito do Serviço de Proteção aos Índios. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, 1985.
- GARLET, I. S. *Mobilidade Mbyá: história e significado*. Dissertação (Mestrado) – PUC-RS, 1997.
- GOODY, J. *A domesticação da mente selvagem*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- KODAMA, K. *Os índios no Império do Brasil: a etnografia no IHGB entre as décadas de 1840 e 1860*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, São Paulo: EDUSP, 2009.
- LADEIRA, M. I. *O caminhar sobre a luz: o território Mbyá à beira do oceano*. São Paulo: EDUNESP, 2007.
- _____. *Espaço geográfico Guarani-Mbyá: significado, constituição e uso*. São Paulo/Maringá: EDUSP/EDUEM, 2010.
- _____. (et al). *Atlas das terras indígenas no Sul e Sudeste do Brasil – 2015*. São Paulo: CTI/IPHAN, 2015.
- LÉVI-STRAUSS, C. História e etnologia. In. *Antropologia estrutural*. São Paulo: Cosac & Naify, 2008b.
- LIMA, A. C. S. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indigenismo, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MACEDO, V. M. Cultura e afecção em uma aldeia guarani na Serra do Mar. 331 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, USP, 2009.
- MACHADO DE OLIVEIRA, J. J. Notícia relacionada sobre as aldeias dos índios da província de São Paulo, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 8, p.204-254, 1846.
- MAINARDI, C. Construindo proximidades e distanciamentos: etnografia da Terra Indígena Piaçaguera./SP. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, UFSCar, 2010.
- _____. Desfazer e refazer coletivos: o movimento tupi guarani. 200f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, USP, 2015.
- MAXWELL, K. *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Pax e Terra, 1996.
- MELIÁ, B. *A Terra sem Mal dos Guarani: economia e profecia*. Revista de Antropologia. São Paulo, v.33, 1989.

- MOREIRA NETO, C. A. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005.
- MÉTRAUX, A. *A religião dos Tupinambás e suas relações com a das demais tribos tupi-guarani*. São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1979.
- MONTEIRO, J. M. *Negros da terra: índios e bandeiras nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império. MAIO, M. C.; VENTURA SANTOS, R. (orgs.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/CCBB, 1996.
- NIMUENDAJU, C. *As lendas de criação e destruição do mundo como fundamentos da religião Apapocúva-Guarani*. São Paulo: Hucitec/USP, 1987.
- OLIVEIRA FILHO, J. P. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Revista Mana*. Rio de Janeiro, n.4, v.1, p.47-77, 1998.
- _____. Os instrumentos de bordo: expectativas e possibilidades do trabalho do antropólogo em laudos periciais. In. *Revista Nanduty*. Grandes Dourados-Mato Grosso do Sul, v.1, n.1, p.70-86, 2012.
- PETRONE, P. *Aldeamentos paulistas*. São Paulo: EDUSP, 1995.
- PRICE, R. *First-time: the historical vision of an afro-american people*. Baltimore: John Hopkins Universty, 1983.
- RIBEIRO, D. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RODRIGUES DE ALMEIDA, L. *Os Tupi Guarani de Barão de Antonina (SP): migração, território e identidade*. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSCar, 2011.
- ROSALDO, R. *Ilongot headhunting (1883-1974): a study in society and history*. Stanford: Stanford University Press, 1980.
- SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. *Cultura na prática*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.
- SANTILLI, P. *Fronteiras da república: história e política entre os Macuxi no vale do Rio Branco*. São Paulo: FAPESP/EDUSP, 1994.
- SCHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani*. São Paulo: DIEFEL, 1962.
- _____. *Aculturação indígena: ensaio sobre fatores e tendência da mudança cultural de tribos índias em contato com o mundo dos brancos*. São Paulo: EDUSP, 1969.
- TIDEI DE LIMA, J. F. *A ocupação da terra e a destruição dos índios na região de Bauru*. 1978. 199f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, 1978.
- VANHARGEN, F. A. *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmert, [1854] 1975.
- VANSINA, J. *Oral tradition: a study in historical methodology*. Aylesbury: Penguin, 1973.